Preprint of: ALDABALDE, T. V., & PITTELLA, C. (2018). **A trajetividade do Pessoa digital: contributos para uma história do espólio pessoano. In F. Ilharco, P. Hanenberg, & M. S. Lopes (Eds.),** ***Património Cultural e Transformação Digital*** **(pp. 102-130). Universidade Católica Editora.**

A Trajetividade do Pessoa Digital:
Contributos para uma História do Espólio Pessoano

Taiguara Villela Aldabalde* e Carlos Pittella**

A Jerónimo Pizarro, que se importa com o trajeto

Palavras-chave

Fernando Pessoa, história do espólio, plataformas digitais, trajetividade, arquivos.

Resumo

Num período de seis meses (Dez. 2017 a Jun. 2018), foram lançadas três plataformas digitais dedicadas à obra de Fernando Pessoa, elevando a sete o número de projetos dessa natureza surgidos num período de dez anos. Tomando essa proliferação virtual como importante marco nos estudos pessoanos, este artigo visa a reconstruir minimamente a história do espólio de Pessoa, desde as suas primeiras tentativas de organização até a sua transformação digital. Propõe-se uma tripartição de fases na história do espólio, contemplando: 1) evidências nos escritos do próprio Pessoa de uma ânsia por organizar os seus papéis, além de exemplos de leituras feitas sobre a organização de arquivos, a partir de volumes selecionados da biblioteca particular do poeta (1888-1935); 2) cronologia de eventos transformativos da vida póstuma do espólio, desde a edição *princeps* da Ática até a criação da Casa Fernando Pessoa (1942-1993); 3) a transformação digital do espólio pessoano, ainda em processo (1995-). Como conclusão, faz-se uma leitura comparativa das plataformas digitais pessoanas hoje disponíveis, a partir do conceito de «trajetividade».

Keywords

Fernando Pessoa, history of the literary estate, digital platforms, trajectivity, archives.

Abstract

A period of six months (Dec. 2017 to Jun. 2018) saw the launch of three digital platforms dedicated to the works of Fernando Pessoa, raising the number of such projects to seven published in a decade. Considering this virtual proliferation as a milestone for Pessoan studies, this article aims to reconstruct, at least as a sketch, the history of Pessoa's archive, from its first attempts at organization to its digital transformation. The authors propose a tripartition of phases for the history of the archive, covering: 1) evidence of an angst for organizing one's papers found in Pessoa's writings, as well as readings on the organization of archives sampled from volumes extant in the poet's private library (1888-1935); 2) a chronology of transformative events of the posthumous life of the archive, from the *princeps* Ática edition to the creation of the House of Fernando Pessoa (1942-1993); 3) the digital transformation of Pessoa's archive, still in process (1995-). The conclusion includes a comparative reading of the Pessoan digital platforms available, using the concept of «trajectivity» as a reference point.

* Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Arquivologia.

* Brown University, Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros; Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos de Teatro.

Introdução – Retorno à materialidade

Num período de seis meses (Dez. 2017 a Jun. 2018), três plataformas digitais dedicadas a partes da obra de Fernando Pessoa foram disponibilizadas ao público: *Arquivo LdoD* (ldod.uc.pt), *Edição Digital de Fernando Pessoa. Projetos e Publicações* (pessoadigital.pt) e *Fausto: Uma Existência Digital* (faustodigital.com) – a que chamaremos *Arquivo LdoD*, *Pessoa Digital* e *Fausto Digital*, respectivamente. Embora as duas últimas iniciativas tenham sido lançadas em fase de teste, todas as três se apresentaram, desde o início, como bases de acesso aberto com centenas de documentos (facsimilados e transcritos) provenientes do espólio pessoano ou de publicações feitas em vida pelo poeta. As três plataformas disponibilizam gratuitamente um material até então de dificílimo acesso, pois o maior núcleo do espólio pessoano à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (doravante BNP) requer permissões especiais para sua investigação, constituindo tesouro nacional; no caso das publicações feitas em vida pelo poeta, em revistas hoje raras e caras (quando à venda), o contributo dessas plataformas é também inestimável, compilando materiais inacessíveis ao público em geral. Ainda, ao apresentarem transcrições críticas de manuscritos e dactiloscritos, lado a lado com os respectivos facsímiles, esses projetos também aproximam os leitores e pesquisadores à fonte primária – ao grau zero – da obra pessoana, em que se pode vislumbrar o processo de escrita do poeta, com sua caligrafia e ortografia originais.

Não se trata das primeiras iniciativas digitais dedicadas à obra de Pessoa. Muito pelo contrário, esses projetos revelam um conhecimento de iniciativas anteriores e dos problemas de organização do espólio pessoano, desde a sua gênese até a sua Transformação Digital (doravante TD). Estudar tais plataformas digitais e suas diferentes metodologias permite-nos reconstruir, pelo menos parcialmente, a história de um espólio em que a organização é um problema tão fascinante quanto complexo.

Editar o espólio do poeta Fernando Pessoa (1888-1935), seja em papel, seja em meio digital, é um desafio. Há grandes dificuldades de compreensão da grafia do autor em português, inglês e francês (por vezes com múltiplas palavras semi-legíveis ou ilegíveis numa só página). Além disso, há uma lógica peculiar – fluida e por vezes contraditória – na delineação de seus múltiplos projetos e autores fictícios. Seguem-se três exemplos dessa fluidez (incontáveis outros podem ser encontrados em PESSOA, 2013, e SEPÚLVEDA & URIBE, 2016):

1) o *Livro do Desassossego* chegou a ser atribuído tanto a Vicente Guedes quanto a Bernardo Soares, além ao próprio Pessoa (*vide* PIZARRO, 2014: 14);
2) no âmbito da obra inglesa pessoana, os versos de Charles Robert Anon foram herdados por Alexander Search, que posteriormente cedeu mais de vinte poemas a Frederick Wyatt (*vide* FERRARI & PITTELLA, 2016);
3) os poemas do *Fausto* por vezes revelam atribuições anteriores (como a «Portugal» e «Nostradamus»), além de outros projetos mais ou menos absorvidos pelo drama, como canções do «Auto das Bacchantes» e fragmentos de «Lúcifer» (*vide* PESSOA, 2018: 419-420).

O problema da legibilidade é pelo menos tão complexo quanto o da atribuição de textos de Pessoa à sua constelação de autores fictícios e projetos inacabados. Imagine-se que todos os manuscritos de Pessoa fossem disponibilizados em uma plataforma amplamente acessível, com facsímiles em alta resolução… Ainda assim, muitos leitores não conseguiriam sequer ler um poema completo desse espólio. Mesmo entre os decifradores mais treinados na letra do poeta, freqüentemente há dúvidas que persistem por meses, ou mesmo palavras cuja decifração é conflituosa ou indecidível (*vide* PITTELLA, 2017a).

Nesse sentido, a TD do espólio pessoano precisa observar, definir e elucidar uma série de metadados ou descritores, para não ser inteligível apenas a um nicho de especialistas. Esse processo visa não apenas a publicizar a versão digital de objetos físicos, mas também a democratizar a sua leitura, incentivando uma rede de reapropriações dos objetos digitalizados. É nesse sentido que se pergunta: quais são as marcas e os marcos fundamentais para definir uma trilha de referenciais do espólio pessoano, de modo a nortear a sua TD?

Propõe-se voltar a atenção à gênese do espólio pessoano e sua complexa história de organizações e dispersões. Numa época em que se multiplicam as edições *online*, importa compreender a origem do material em processo de transformação. Ignorar a gênese do espólio seria, para um editor, arquivista ou estudioso, perpetuar (des)organizações impostas ou negligentes dos documentos, seja em livros impressos, seja em ambientes digitais.

Estudar a história de um espólio começa por um mapeamento, delimitando-o no espaço e no tempo: apesar de sua multiplicidade única na história da literatura, o ser humano Fernando Antonio Nogueira Pessoa viveu entre 1888 e 1935; apesar

de corresponder-se com interlocutores de múltiplos países e em pelo menos três idiomas, Pessoa morou apenas em Lisboa e arredores e em Durban.

Pode-se traçar a origem do espólio desde os arquivos familiares. Embora os papéis guardados viessem a incluir documentos anteriores, herdados de parentes e antepassados, o espaço-tempo familiar inicia-se em 13 de Junho 1888, com o nascimento do poeta; passa pelos acontecimentos que marcam a sua infância, como o falecimento do pai (1893) ou o casamento da mãe com o cônsul de Portugal em Durban (1895); e alcança a maioridade de Pessoa (1909). Os arquivos mostram que, desde 1906, Pessoa interessou-se por História, particularmente por História da Filosofia; também se encontram experimentos literários, como o registro de caligrafias propositalmente diferentes em seu diário pessoal. Há a formação de uma biblioteca particular, incluindo, por exemplo, os livros especialmente encadernados como prêmio pelo melhor ensaio em inglês no exame à Universidade do Cabo (o *Queen Victoria Memorial Prize*); e há experiências com cartas, diários, enigmas, colaborações em jornais reais e imaginários e muitas anotações, por vezes acompanhadas de instrumentos de validação, como um carimbo com as iniciais de um pseudônimo ou autor fictício muito anterior à tríade de heterônimos Caeiro-Campos-Reis, por exemplo «C[harles] R[obert] Anon», cujo sobrenome é mesmo a abreviatura de «Anônimo».

O espólio cresce com estes primeiros registros: a) certidões e certificados (de nascimento, de batismo, de matrículas em diversas escolas, de exames, de prêmios; b) cadernos de notas; c) diários pessoais; d) bilhetes de identidade; e) contratos; f) registros contábeis; g) títulos de arrendamento; h) fotografias... Muitos desses itens estão hoje sob custódia da Casa Fernando Pessoa (doravante CFP) e da BNP. Era o princípio do que se tornaria um arquivo com mais de 35.000 papéis, pelo menos 1.311 livros preservados e diversos outros objetos (*vide* os dois volumes sobre o acervo da CFP, editados por Pizarro, Ferrari e Cardiello em 2010 e 2012).

Ao longo da história desta acumulação de papéis, Pessoa é o primeiro a manifestar, freqüentemente, uma ânsia pela organização – sintoma relacionado à «ansiedade da unidade» familiar a muitos editores pessoanos, como diagnosticou Pizarro (2016). Abordam-se algumas evidências desta ânsia pessoana no que este artigo chama de Fase 1 – ou primeira encarnação – do espólio, durante a vida do poeta (1888-1935). Chama-se de Fase 2 o período que se estende da edição *princeps* da Ática até a criação da CFP (1942-1993). A Fase 3 – a atual – consiste na cronologia

da TD em si e, em seguida, é feita uma leitura comparativa das plataformas digitais pessoanas hoje disponíveis.

Fase 1 (1888-1935) – Primeiras (des)organizações

Para um autor conhecido pela pluralidade de personagens fictícias e pela a-linearidade do *Livro do Desassossego*, talvez surpreenda que Fernando Pessoa tenha evidenciado uma compulsão por organizar. Antes mesmo do nascimento dos seus três grandes heterônimos, Pessoa escreveu: «Vou lavar a alma esta semana (em humano isto quer dizer, pôr em ordem os meus papeis para me orientar sobre o que ha que se aproveite para fins aggressivos)» (BNP/E3, 114³-23ᵛ).[1] A passagem vem de uma carta a Domingos Garcia Pulido, datada de 18 de Março de 1913 (PESSOA, 1993: 345). Quais seriam os «fins aggressivos» que a organização desejada permitiria? Fins políticos, em colaboração com Pulido, que seria eleito deputado cinco anos depois? Ou poéticos, a fim de dar a conhecer poemas nalguma publicação?

Ao referir-se aos «meus papéis», Pessoa parece considerar o seu arquivo pessoal como um todo, num momento que precede o reconhecimento de quaisquer valores literários ou de possíveis «fins aggressivos»; compulsões à parte, para o poeta o arquivo tinha um valor em si, pré-avaliações. Entre os seus papéis havia tanto poemas acabados em múltiplos idiomas, como recibos de lavanderia com cálculos matemáticos e frases semi-legíveis.

Num plano de vida, o poeta declara a sua preocupação com o acondicionamento dos seus papéis em caixas menores a partir de uma grande caixa – esta, possivelmente a famosa arca pessoana: «Substitute, in respect to order of papers, my big box by smaller boxes, containing the papers in order of their importance. The big box and the other one at A[ntónio] S[ilvano]'s to contain the mere newspapers and reviews I keep» (BNP/E3, 20-14ʳ; PESSOA, 2014: 179-180). Richard Zenith nota que António Pinheiro Silvano seria o filho da tia-avó Carolina do poeta; Zenith também conjectura a datação do documento entre 1916 e 1918, atualizando a datação anterior («1913?») feita por Lind e Coelho (em PESSOA, 1966: 22-23). A datação importa, pois refere uma etapa de consolidação da vida adulta. Assim, pode ter sido mais ou menos nessa altura, que Pessoa escreveu um trecho do

[1] A ortografia empregada nas citações de Pessoa é sempre a do poeta; as cotas iniciadas por BNP/E3 indicam documentos no Espólio n.º 3 da Biblioteca Nacional de Portugal; as cotas CFP indicam livros da biblioteca particular do poeta à guarda da Casa Fernando Pessoa.

Livro do Desassossego, então ainda atribuído a Vicente Guedes (antes de ser herdado por Bernardo Soares), em que o eu-prosador confessa: «as miserias de quem, como eu, tem que contemplar a paysagem do meu quarto num 4.º andar da Baixa, e sem poder esquecer que é ajudante de guarda-livros» (BNP/E3, 7-17r); Pizarro conjectura a datação como de «1918?», a partir da materialidade do suporte (PESSOA, 2010: 564). Parte do mundo comercial, o «ajudante de guarda-livros» – equivalente ao hodierno técnico de contabilidade –, revela uma preocupação singular com a organização e as suas minúcias.

Numa folha de um caderno de 1919, o poeta traça um plano de retificação pessoal («personal rectification»), que deixa entrever a preocupação com a realidade oposta – a de não haver linhas retas no coração do seu arquivo em expansão, pulsando já com vida própria: «classify and sort all my papers, so my literary work may take on clearness & a straight aim» (BNP/E3, 144G-19r; PESSOA, 2007: 119). O uso do termo «classify» sugere alguma familiaridade de Pessoa com a terminologia da área arquivística.

Há base material na biblioteca particular de Fernando Pessoa (BpFP doravante) para conjecturar a apropriação pessoana de princípios arquivísticos via livros como *The Science of History* (CFP, 9-12), em que o termo «classification of materials» está presente, referindo-se a materiais *records*/arquivos correntes e *archives*/arquivos permanentes. Essa publicação de 1903 deve ter sido adquirida e lida pelo poeta antes de 1910, num período em que «F. Nogueira Pessôa» ainda usava o sobrenome materno em sua assinatura, tal como consta no livro em questão (*cf*. FERRARI, 2010). Trata-se de uma aula inaugural de J.B. Bury na Cambridge University, em que o lugar dado à curadoria dos arquivos é central:

> The gathering of materials bearing upon minute local events, the collation of MSS. and the registry of their small variations, the patient drudgery in archives of states and municipalities, all the microscopic research [...] The labour is performed for posterity—for remote posterity; and when, with intelligible scepticism, someone asks the use of the accumulation of statistics, the publication of trivial records, the labour expended on minute criticism, the true answer is : "That is not so much our business as the business of future generations."
>
> (BURY, 1903: 31-32)

Na página seguinte, Pessoa chega a sublinhar um corolário da argumentação de Bury sobre o valor das produções de uma era histórica qualquer: «though they may

lose their relative value, they abide as milestones of human progress; they belong to the documents which mirror the form and feature of their age, and may be part of the most valuable material at the disposal of posterity» (*idem*: 33).

Pessoa também guardou uma obra de Maddox (CFP, 6-6), versando sobre tipos de papéis, seus diversos propósitos e durabilidades; o capítulo XIII do volume intitula-se «Stock-Keeping and Recording», discutindo métodos de arquivamento e exigências de negócios modernos, como a demanda por dados e, particularmente, por registros transacionais em «books and records of the elements of buying and receiving» (MADDOX, 1919: 85). Ora, isso hoje corresponde a *Record-keeping/Records Management*, tarefa-chave de empresas na indústria da organização, como a Iron Mountain, cujo negócio atinge a casa dos mil milhões de dólares.

Num preâmbulo ao plano da empresa «Olisipo», datável de *c*. 1921, a preocupação de Pessoa com a *indústria da organização* é ostensiva: «É preciso [...] organizar a organização em Portugal, criar a indústria da organização em Portugal»; no parágrafo seguinte, o poeta problematiza: «Isto é simples, é evidente; o que, pelo menos de princípio, não parece tão simples, é descobrir, não já a fórmula, mas ao menos o sentido concreto desta necessidade. Como é que se organiza a organização? como é que se cria a indústria da organização?» (BNP/E3, 137F-14r; PESSOA, 1986: 145).

Outra obra da BpFP relevante para a compreensão de arquivos literários é o primeiro tomo de uma publicação escrita por Delfim Guimarães intitulada, justamente, *Arquivo Literário* (CFP, 8-17). Trata-se, segundo o autor, de um «repositorio de estudos de vária especie, uma miscelânea de feição literária, embora invadindo, por vezes muito ao de leve, os domínios da História e da Crítica» (GUIMARÃES, 1922: 5). Principiando por um ensaio sobre um soneto atribuído a um «Camões do Rocio», passando por reflexões sobre Sá de Miranda e Diogo Bernardes, o volume chega a incluir, num ensaio intitulado «O custo da vida», a conta-recibo de um jantar ocorrido sessenta anos antes, como ponto de partida para elucubrações sobre o tema em questão (*idem*: 81-84). O espólio pessoano, então em formação, abundaria em contas e recibos.

As idéias de Maddox seriam retomadas pelo próprio Pessoa em 1926, num ensaio sobre «O Arquivo de Correspondência» comercial, no n.º 4 da *Revista de Comércio e Contabilidade*:

> A organisação dos arquivos, e principalmente do arquivo de correspondencia entrada e saída – que é o principal – é um dos pontos mais importantes da organisação interna de qualquer escritorio, seja industrial ou comercial.
>
> (PESSOA, 1926a: 121)

> A nosso vêr – e nisto somos coërentes com tudo quanto aqui temos exposto –, o arquivo permanente de correspondencia deve obedecer a principios identicos aos do arquivo corrente.
>
> (*idem*: 150)

Note-se que este ensaio é precedido, no mesmo número da *Revista*, por um texto em que o poeta reflete demoradamente sobre o significado da palavra «organisar»: «o que é organisar *qualquer coisa*, e não especialmente um comercio ou uma industria, uma fábrica ou um escritorio?» (PESSOA, 1926b: 105).

Em carta à namorada Ofélia Queiroz, datada de 29 de Setembro de 1929, o poeta avalia em que medida estaria pronto para um casamento e, por conseguinte, para as obrigações inerentes ao matrimônio sem que tivesse cumprido os planos de organização da sua obra: «Por agora, e em breve, quero organizar essa vida de pensamento e de trabalho *meu*. Se a não conseguir organizar, claro está que nunca sequer pensarei em pensar em casar» (*sem cota*; PESSOA, 2012: 230). Sabemos que Pessoa optou por dedicar-se à «vida de pensamento e de trabalho», em detrimento do matrimônio; mas, teria o poeta conseguido organizar seus papéis?

Em 28 de Julho de 1932, como revela a correspondência do poeta com João Gaspar Simões, Pessoa parece mal ter começado a avaliação e a classificação dos seus escritos, tendo em vista fins editoriais: «Estou começando – lentamente, porque não é coisa que possa fazer-se com rapidez – a classificar e rever os meus papéis» (BNP/E3, 114^2-15 a 17; PESSOA, 1998: 198-201).

Dentre as últimas palavras que evidenciam a consciência de Pessoa para com seu arquivo pessoal, está uma carta dirigida à Comissão Administrativa do Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães. Datada de 16 de Setembro de 1932, a missiva tem função comprobatória, listando uma série de documentos do arquivo pessoal do poeta e constituindo parte de uma candidatura a bibliotecário (que não seria bem-sucedida):

> [...] e com o appoio documental que irá sendo indicado no decurso da presente exposição: § 1 – O requerente tem o Curso ou Exame Intermedio da Universidade (ingleza) do Cabo da Boa Esperança, como prova com a respectiva carta. Àparte isto, foi concedido ao requerente,

> na mesma Universidade, o Premio Rainha Victoria, de estylo inglez, como prova com a carta official assignada pelo Secretario-Archivista da Universidade, em que se communica ao requerente a concessão do premio. Juntam-se os 2 citados documentos. […] § 4 – Os documentos citados em referência ao § 1º, e a este junctos, demonstram mais do que o necessario quanto ao conhecimento que o requerente tem da lingua ingleza. Quanto ao seu conhecimento da lingua franceza, crê o requerente que, na ausencia de prova documental realmente valida (como a que tem para o inglez), o melhor que pode fazer é juntar uma folha de impressão da "Contemporanea", numero 7, onde, a pp. 20 e 21, veem trez canções ("Trois Chansons Mortes") que escreveu em francez.
>
> (Pessoa *apud* LOPES, 1995: anexo I)

Em 30 de Novembro de 1935 morria Fernando Pessoa, por volta das 20:00. Se a vida *biológica* do poeta acabava, a vida própria do seu espólio – que passaria por múltiplas organizações, fragmentações e edições – apenas começava. A título de introduzir esta nova fase de organização do espólio, eis uma breve lista das surpreendentes ocorrências pós-1935:

> Entre os «milagres» póstumos do poeta, listam-se: ter publicado mais livros em morte do que em vida; ter gerado intermináveis debates, por vezes à volta de um mero papel ou de uma palavra ilegível; ter-se tornado tesouro nacional em 2009; ter sido trasladado, como herói, para o Mosteiro dos Jerónimos, construção que não caiu com o grande terremoto de 1755 e que já abrigava os túmulos de Camões, D. Sebastião e Vasco da Gama, três mitos fundacionais de Portugal.
>
> (PITTELLA e PIZARRO: 2017: 262)

Fase 2 (1942-1993) – Da edição *princeps* à Casa Fernando Pessoa

Após a morte do poeta, a editora Ática começou a publicação das ditas *Obras Completas de Fernando Pessoa*, lançando, em 1942, um primeiro volume dedicado à poesia ortônima, com organização de Luís de Montalvôr e João Gaspar Simões. Entre este ano e 1974, a coleção somaria 11 volumes de poesia e três de prosa pessoana, alguns deles com dez ou mais reedições. Certos originais do poeta entregues à editora não retornariam ao espólio pessoano, sendo hoje dados como perdidos; por exemplo, vejam-se os sonetos do ciclo «Barrow-on-Furness» do heterônimo Álvaro de Campos, para os quais não temos qualquer rascunho no espólio, sendo o seu único testemunho a edição da Ática (*vide* PESSOA, 2014: 331-334).

Essa edição *princeps* marcou, para o espólio de Pessoa, o começo do que Jerónimo Pizarro chamou de «la vida póstuma de lo escrito» (PIZARRO, 2012a). Esta vida póstuma, antes mesmo do advento das edições digitais, revelaria uma obra muito mais volumosa do que a dada a conhecer em vida pelo poeta. Se, por um lado, Pessoa publicara em vida três libretos em inglês, o livro de poemas portugueses *Mensagem* e textos em revistas dispersas, o número de edições póstumas de seus livros é, hoje, vertiginoso: uma rápida busca no *Google Books* (em 23 de Agosto de 2018) revela 2.710 edições diferentes cujo autor creditado é Fernando Pessoa; e o espólio continua a proporcionar inéditos, visto que milhares de papéis ainda não foram decifrados. Pizarro chega a perguntar-se se outro ciclo de quarenta anos (após o da Ática) «decorrerá até ficarmos mais próximos das Obras Completas ou, na pior das hipóteses, até alguém recordar de novo a necessidade da "exumação sistemática da arca"» (PIZARRO, 2012b: 64).

Esta fase de exploração do espólio pessoano, não mais nas mãos de seu autor, revela três processos cruciais: 1) o tortuoso percurso da multiplicação editorial de Fernando Pessoa, desde o monopólio da Ática, passando a domínio público, regressando a direito privado e reingressando em domínio público uma segunda vez; 2) o processo de inventariação das dezenas de milhares de papéis deixados por Pessoa e sua jornada da casa da irmã do poeta à BNP; 3) o esfacelamento do espólio em paralelo à sua tentativa de concentração na BNP, com documentos sendo extraviados, perdidos, vendidos e comprados.

Aldabalde cita pelo menos sete núcleos de custódia de documentos do espólio pessoano: um ex-ministro brasileiro, dois familiares portugueses, a BNP, a CFP, a Universidade de Londres e a Brown University (ALDABALDE, 2018: 25). Desde que o seu artigo foi submetido para publicação, outros núcleos foram descobertos, como as coleções Serpa e Távora (recentemente estudadas nos números 12 e 13 da revista *Pessoa Plural*). A recuperação desta fase da história do espólio é, por si só, um quebra-cabeça narrativo, em que muitas peças ainda estão por descobrir. Segue-se o que nos foi possível reconstruir, a partir de diversas fontes primárias e secundárias hoje disponíveis.

Em 1950, João Gaspar Simões, um dos diretores da revista *Presença* e correspondente assíduo de Pessoa entre 1929 e 1934, publicou *Vida e Obra de Fernando Pessoa (História de uma geração)*. Simões ganhou, assim, a competição com Armand Guibert pelo título de primeiro biógrafo de Pessoa, como reporta o cônsul Albertino

dos Santos Matias, que forneceu a Simões preciosos dados sobre a vida do poeta na África do Sul: «Aquele meu colega [o cônsul da França, Eugène Ratton] tem manifestado interesse nas minhas pesquizas [*sic*] e chegou a pedir-me o fornecimento de informações para enviar ao escritor Guibert, que, segundo êle, ainda não desistiu de fazer a biografia do poeta. | Como é natural, tenho procedido evasivamente» (*apud* PITTELLA, 2017c: 214). Guibert publicaria o primeiro estudo biográfico de Pessoa em francês em 1960. A primeira biografia inglesa, escrita nos anos 1970 por Hubert Jennings, só seria publicada em 2018.

Em 1 de Março de 1968, Hubert Dudley Jennings, um dos primeiros estudiosos pessoanos, chegou a Portugal. Com o auxílio financeiro de uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, Jennings permaneceria 18 meses em Lisboa, a fim de aprimorar seu conhecimento de português e trabalhar no espólio pessoano, que então ficava na casa de Henriqueta Madalena, meia-irmã do poeta. Além de colaborar com Georg Rudolf Lind (outro pesquisador estrangeiro pioneiro nos estudos pessoanos), Jennings realizou inúmeras transcrições e traduções de textos, organizou material para escrever estudos biográficos sobre poeta (publicados como livros em 1984, 1986 e 2018), e — o que faz com que o trabalho de Jennings seja crucial na história do espólio – preparou uma lista de 136 itens (ocupando três datiloscritos com acrescentos manuscritos), que consiste num dos primeiros inventários dos papéis do poeta (*vide* PITTELLA, 2015: 8-17).

Em fins de 1969 (31 de Outubro ou 5 de Novembro, dependendo de qual fonte secundária se tome como a correta), o Ministro da Educação José Hermano Saraiva assinou um despacho mandando arrolar o espólio de Pessoa; o despacho, que terá sido publicado no *Diário da República*, ainda não foi localizado, donde a incerteza sobre a data (*vide* BROWN & PITTELLA, 2018: 129). Sabe-se que Teresa Rita Lopes, então exilada em Paris, fizera um apelo ao Ministro através de António José Saraiva (exilado na França já há uma década); como testemunha Lopes, «chegou-me de fonte limpa que corríamos o risco que [o espólio] fosse adquirido por uma entidade estrangeira» (LOPES, 2007). A história é corroborada por uma carta de Luís Miguel Nogueira Rosa, o meio-irmão de Pessoa mais conhecido como «Michael», dirigida a Hubert Jennings; Michael relata que um Doutor Ferreira (provavelmente Fernando Bandeira Ferreira, da Inspeção Geral de Bibliotecas e Arquivos) visitou a casa da família nesta altura, contando aos herdeiros que, «as the papers were a national heritage, they could not leave the country» (*apud* BROWN & PITTELLA, 2018: 128). Em

12 de Novembro, dando prosseguimento ao despacho ministerial, a Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes emitiu um ofício, designando a bibliotecária Maria Laura da Silva Pereira (também conhecida pelo sobrenome Nobre dos Santos) e a conservadora Alexandrina Cruz «para constituírem o primeiro grupo de trabalho encarregado de proceder à inventariação do espólio literário do poeta», sob a orientação do Prof. Jacinto do Prado Coelho, tendo como elemento de ligação o inspetor Armando Nobre de Gusmão (SANTOS *et al*., 1988: 200). Em 14 de Novembro, trabalhando na casa de Henriqueta Madalena, as inventariantes começaram a catalogar os documentos do poeta, acrescentando-lhes *cotas*: «todos os papéis foram numerados a lápis [cinza], no canto superior direito» (*ibidem*; *cf*. PESSOA, 2018: 383).

Uma abundância de olhos e mãos passaram pelo espólio no ano de 1970: em 11 e 29 de Janeiro, respectivamente, a conservadora Rosa Maria Montenegro e a bibliotecária Lídia Pimentel passaram a integrar o grupo de inventariantes. Em 1 de Agosto, cerca de 4000 papéis do espólio pessoano foram transferidos da casa de Henriqueta Madalena para a BNP. Em 19 de Novembro, o grupo de quatro inventariantes regressou à casa da meia-irmã do poeta, a fim de recomeçar a integração no espólio dos papéis que lá ficaram. Contudo, em 31 de Dezembro, os trabalhos foram subitamente suspensos, com o grupo desfeito por ordem das entidades que superintendiam a inventariação, numa atitude incompreensível para as inventariantes (*vide* SANTOS *et al*., 1988: 206). Conjectura-se que também tenha sido em 1970 que Eduardo Freitas da Costa, primo de Pessoa, repassou à Henriqueta Madalena «numerosos originais, sobretudo de poesia, que teriam ficado na tipografia encarregada da publicação dos primeiros volumes das *Obras Completas de Fernando Pessoa* e que lhe teriam sido entregues por um tipógrafo» (*idem*: 202). Costa também restituiu ao espólio uma pasta com poesia de Ricardo Reis e outra com poemas dramáticos inéditos; num segundo momento, Costa ainda devolveria mais de uma centena de papéis do *Fausto* pessoano. Provavelmente na mesma altura, Maria Aliete Galhoz entregou peças originais do *Livro do Desassossego* (*idem*: 202-203). Apesar desses afluentes a engrossar o espólio, muitas outras veias escapariam do núcleo central, como se verá (*vide* BNP, 2004).

Após uma interrupção de mais de cinco meses, um novo grupo de inventariantes foi formado em 8 de Junho de 1971, organizado pelo Prof. Prado Coelho e incluindo as seguintes alunas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL): Maria Helena Domingos, Maria do Rosário Sabino, Adelaide

Monteiro, Maria Gabriela Coelho, Lídia Figueiredo e Cecília Mendes. O inspetor Gusmão continuava a servir de elo com a Direção Geral; além disso, Alexandrina Cruz, integrante do primeiro grupo, também foi agregada ao segundo, trabalhando até fins de Novembro. Em 24 de Novembro, o arquiteto Fernando Távora começou a colecionar documentos soltos da obra pessoana, comprando uma série de cartas de Pessoa a Gaspar Simões. Sabe-se que Simões também vendeu manuscritos e datiloscritos de poemas e apontamentos de Pessoa, principalmente ao alfarrabista Manuel Ferreira, do Porto, que em seguida os venderia a Távora. Em nota ao seu arquivo, o arquiteto chegou a escrever: «Os documentos que pertenceram a F[ernando] P[essoa] foram certamente retirados por J. Gaspar Simões da casa do poeta quando teve acesso à sua obra inédita para a publicação das poesias ou da biografia» (*apud* VIZCAÍNO, 2017: 49; *cf.* VIZCAÍNO & PIZARRO, 2018: 311).

Em Julho de 1972, o trabalho do segundo grupo de inventariantes foi dado por concluído, consistindo na «"ordenação sistematizada dos documentos e a redação de mais de um quarto de cento de milhar de fichas" e não propriamente um "inventário"» (SANTOS *et al.*, 1988: 208). Nesse sentido, em 5 de Dezembro, por novo despacho, Alexandrina Cruz foi designada para «prestar colaboração no inventário [propriamente dito] do espólio literário de Fernando Pessoa» (*ibidem*). Em 12 do mesmo mês, iniciaram-se os trabalhos do inventário, com três datilógrafas encarregadas de passar à máquina as milhares de fichas manuscritas já elaboradas, sob a supervisão de Cruz.

Em 9 de Janeiro de 1973, Rosa Maria Montenegro, que integrara o primeiro grupo de inventariantes, foi nomeada para auxiliar e prosseguir com o trabalho de Cruz, a qual permaneceria em funções apenas até 28 do mesmo mês. A partir do vol. 3 do boletim *Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, ainda no mesmo ano, começou a ser publicado o inventário do espólio pessoano, continuando nos vols. 4 e 5 do boletim, que, no entanto, foi extinto logo em seguida, com apenas uma pequena parte do inventário efetivamente impressa (*cf.* SANTOS *et al.*, 1988: 210). Em 13 de Abril, o arquiteto Fernando Távora e o Dr. António Miranda compraram, em leilão, uma série de documentos originalmente pertencentes a Luís de Montalvôr, incluindo manuscritos de Pessoa (*vide* VIZCAÍNO, 2017: 39-41). Em Dezembro deste ano foi leiloado um exemplar do livro *Sonnets of this Century*, com mais de cem apontamentos manuscritos feitos por Pessoa (*cf.* PITTELLA, 2017b); Henriqueta Madalena tinha oferecido o livro para ser vendido no leilão em benefício da recém-

formada Associação Portuguesa de Escritores, continuadora da Sociedade Portuguesa de Escritores, que fora extinta com o Salazarismo; o alfarrabista Manuel Ferreira adquiriu o item, em seguida vendendo-o a Távora no dia 17 do mesmo mês (*vide* VIZCAÍNO, 2017: 43; APE, 1983: 7).

Em 7-8 de Outubro, a Brown University sediou o Primeiro Simpósio Internacional sobre Fernando Pessoa (*vide* MONTEIRO, 2013). Em Novembro do mesmo ano, nasceu a revista *Persona*, exclusivamente dedicada aos Estudos Pessoanos. O periódico totalizaria 12 números (e mais de 800 páginas) até 1985, ano em que foi encerrada. Publicada pelo Centro de Estudos Pessoanos da Faculdade de Letras do Porto, a revista tinha a direção de Arnaldo Saraiva, Maria da Glória Padrão e José Augusto Seabra (este último creditado como diretor apenas nos três primeiros números). Nas palavras de Jerónimo Pizarro, um dos diretores da *Pessoa Plural*, que décadas depois se apresentaria como sucessora da *Persona*, a publicação pioneira «ofereceu repentinamente uma visão panorâmica e transatlântica dos estudos pessoanos» (PIZARRO, 2011: 322).

Em Abril de 1978, foi inaugurada, no Porto, a Exposição do dito *1º Colóquio de Estudos Pessoanos* (na realidade, o 2º, visto que o primeiro tinha ocorrido em 1977 na Brown University). Essa exposição, organizada por Fernando Távora, contava com uma série de manuscritos comprados pelo arquiteto, incluindo dois fragmentos de poemas autenticados à mão por Gaspar Simões como sendo de autoria pessoana (*vide* PIZARRO, 2017: 388 e 396; PITTELLA, 2017d: 474 e 483).

Em 4 de Dezembro de 1979, após anos de negociação, o espólio de Fernando Pessoa foi adquirido pelo Estado Português, com 383 envelopes de documentos do poeta sendo acondicionados na BNP.

Passados 50 anos da morte de Pessoa, no dia 1 de Dezembro de 1985, a sua obra entrou em domínio público, de acordo com o prazo de proteção dos direitos de autor então vigente em Portugal. Assim, a Ática perdeu os direitos exclusivos de publicação da obra pessoana, os quais manteve por mais de 40 anos.

Dentre as novas coleções da obra pessoana que surgiram nesta altura, destaca-se a Edição Crítica de Fernando Pessoa, publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, com um grupo de editores que passaram a ser conhecidos como a «Equipa Pessoa», sob a coordenação de Ivo Castro; em 1990, saía a primeira edição crítica desta coleção: os *Poemas de Álvaro de Campos*, com edição de Cleonice Berardinelli (21 volumes da «Série Maior» da coleção seriam publicados até a

presente data). No mesmo ano, Teresa Rita Lopes publicou uma compilação de 434 textos de Pessoa, em sua grande maioria inéditos, acompanhados de um segundo volume de estudos sobre esses textos, sob o apropriado título *Pessoa por Conhecer*.

Em 1993, uma diretiva comunitária ampliaria a vigência dos direitos de autor em Portugal para 70 anos após a morte do autor. Os herdeiros de Pessoa então negociaram a reprivatização da obra com a Assírio & Alvim; disso resultou que as demais editoras poderiam manter no mercado as obras publicadas desde fins de 1985, mas não poderiam mais lançar novas edições ou reedições. Em 30 de Novembro de 1993, foi inaugurada a Casa Fernando Pessoa (CFP), no prédio onde o poeta morou entre 1920 e 1935, na Rua Coelho da Rocha n.º 16, em Lisboa. Assim, no mesmo momento em que se encerrava a supracitada revista *Persona*, a CFP abria as suas portas como um marco físico e histórico em Lisboa e marco acadêmico para os estudos pessoanos, guardando a maioria dos livros da biblioteca particular do poeta; mas a CFP também logo se tornaria um marco no mundo virtual, como uma das instituições pioneiras no transporte do espólio pessoano para o mundo virtual.

Fase 3 (1995-atual) – Transformação digital *in fieri*

Em 1995, cinco anos após a criação da World Wide Web, no livro *La Vitesse de Libération* (traduzido em 1997 como *Open Sky*), o filósofo e urbanista Paul Virilio fez uma análise crítica – tão ominosa quanto apaixonada – das cada vez mais intrusivas tecnologias modernas. Por um lado, o pensador assinalava a destruição de redes sociopolíticas (décadas antes das paradoxais *social media*), entendendo o isolamento como efeito colateral da contemporaneidade; por outro, fazia um apelo para que entretivéssemos seriamente a *questão do trajeto* no mundo moderno. Virilio propunha-nos, assim, o conceito de *trajetividade*, segundo ele apenas valorizado nos meios da mecânica, balística e astronomia: «Objectivity, subjectivity, certainly, but never *trajectivity*» (VIRILIO, 1997: 24). Este conceito, possível antídoto para as polarizações exacerbadas pela tecnologia, logo seria apropriado pelo próprio mundo digital.

Em 1997, um ano antes da fundação da empresa Google, foi lançado o CD-Rom *MultiPessoa — Labirinto Multimedia*, dirigido por Leonor Areal e co-editado pela Texto Editora e pela CFP. Dois anos mais tarde, foi publicado na Internet o *site Radical Scatters,* com facsímiles e transcrições digitais de poemas de envelope e

outros textos fragmentários de Emily Dickinson. Logo na página de «orientação, desorientação, reorientação» ao arquivo, invoca-se o conceito viriliano de trajetividade para dar conta da vertigem labiríntica do *corpus* de Dickinson – nesse sentido tão similar ao de Pessoa. A questão do percurso dentro de um arquivo passa a ser crucial: o trajeto surge como a ponte entre o objeto e o seu interpretante, para usar termos da semiótica de Peirce, que prefere tríades às dicotomias.

Em 2004 surgiram online o Gmail (Google Mail) e o Facebook. Em 1 de Dezembro de 2005, a obra pessoana entrou, pela segunda vez, em domínio público, completados 70 anos da morte do poeta.

Em 2007, foi lançado o portal *As Mãos da Escrita* (purl.pt/13858/1), a celebrar os 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, com organização de Luiz Fagundes Duarte e António Braz de Oliveira e coordenação técnica de Fátima Lopes. Embora não fosse exclusivamente dedicado ao espólio de Pessoa, o portal incluía uma série de depoimentos, artigos e facsímiles sobre a história do espólio pessoano.

Em 2008, foi lançada a primeira fase da base de dados *Arquivo Pessoa* (arquivopessoa.net) e do portal *MultiPessoa* (multipessoa.net), a partir do CD-Rom *MultiPessoa – Labirinto Multimedia* de 1997, com concepção e direção de Leonor Areal e edição de *Obra Aberta CRL*, em parceria com o Instituto de Estudos sobre o Modernismo (Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas) e a editora Assírio & Alvim. A iniciativa previa outras fases, ainda hoje não concretizadas: o portal *MultiPessoa* pretendia incluir, numa segunda fase prevista para 2009, seções de vídeos, jogos literários e textos de crítica literária pessoana; numa terceira fase, sem prazo anunciado, o *Arquivo Pessoa* integraria facsímiles e cotas dos documentos do espólio pessoano na BNP. No mesmo ano, lançou-se o portal *Fernando Pessoa* (doravante *Portal FP*) no site da BNP (purl.pt/1000/1), com coordenação técnica de Manuela Vasconcelos, junto ao *Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*. O portal incluía facsímiles e descrições de: 1) manuscritos e dactiloscritos da obra de Alberto Caeiro; 2) provas tipográficas corrigidas de *Mensagem*; e 3) uma coleção de 30 cadernos de Fernando Pessoa.

A segunda metade do ano de 2008 viu uma rápida sucessão de processos legais, que culminaram com a classificação do espólio pessoano como tesouro nacional. Em 1 de Agosto, uma proposta de «abertura de um procedimento de classificação como de interesse nacional, do Espólio documental de Fernando

Pessoa» (Informação Nº37/DGBNP/2008), contendo 31 páginas e a assinatura de António B. de Oliveira, Adjunto da Direção, foi enviada a Jorge Couto, o Diretor-Geral da BNP. Em 14 de Outubro, Couto escreveu e assinou o Despacho da Direção, na primeira página da proposta supracitada, comendando o pedido de classificação do espólio pessoano. Em 23 de Outubro, o *Diário da República* (2ª série – Nº 206, p. 43155) publicou o Anúncio nº 6352/2008 da BNP, assinado por Couto; encabeçando a seção do Diário dedicada ao Ministério da Cultura, o anúncio afirmava que a BNP «considera que o Espólio documental de Fernando Pessoa deve ser qualificado de interesse nacional».

Em 30 de Julho de 2009, o Conselho de Ministros de Portugal pronunciou-se favoravelmente à classificação proposta para o espólio, aprovando-o, enviando um decreto para que fosse assinado pelo Presidente da República e referendando pelo Primeiro-Ministro. Em 14 de Setembro, o *Diário da República* (1ª série – Nº 178, pp. 6312-6313) publicou o Decreto nº 21/2009 do Ministério da Cultura, não só classificando o espólio de Pessoa como «bem de interesse nacional», mas também designando-o como «tesouro nacional». Ainda em 2009, o prof. Manuel Portela da Universidade de Coimbra concebeu o projeto «Nenhum Problema Tem Solução: Um Arquivo Digital do *Livro do Desassossego*», com a intenção de criar um artefato computacional que permitisse examinar o *Livro do Desassossego* tanto como projeto autoral (dimensão genética) quanto como construção editorial (dimensão social); o percurso – o *trajeto* viriliano – era, assim, promovido a primeiro plano.

Em Outubro de 2010, «uma equipa internacional de investigadores, coordenada por Jerónimo Pizarro, Patricio Ferrari e Antonio Cardiello, no âmbito de uma colaboração protocolada entre a CFP e o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conseguiu terminar a digitalização integral da biblioteca particular de Pessoa» (reporta o *website* da CFP). A BpFP passou a ser disponibilizada online, com todos os volumes em domínio público disponíveis para consulta e *download* (bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt).

Em 4 de Fevereiro de 2011, ocorreu o 1º Seminário Aberto do *Projecto Estranhar Pessoa*, baseado na Universidade de Lisboa, que se propunha a: 1) «recensear toda a ocorrência do termo [heterónimo], ou de perífrases pré-1928 que o denotem», 2) «rever toda a literatura crítica sobre Pessoa, em grande parte decorrente da auto-interpretação de Pessoa» e 3) a fazer «uma análise exaustiva de todos os projectos editoriais de Pessoa» (estranharpessoa.com). No mesmo ano, o

projeto de investigação «Nenhum Problema Tem Solução» foi selecionado para financiamento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), estabelecendo a parceria entre Manuel Portela e António Rito Silva como coordenadores da edição digital do *Livro do Desassossego*.

Em Junho de 2012, saiu o primeiro número de *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, com mais de 100 documentos digitalizados em alta-resolução provenientes da BNP, entre outros arquivos pessoanos (pessoaplural.com). Com periodicidade semestral e coeditada pela Brown University, Warwick University e Universidad de los Andes, representadas respectivamente pelos professores Onésimo Almeida, Paulo de Medeiros e Jerónimo Pizarro, hoje a *Pessoa Plural* se encontra em seu 13º número, tendo publicado mais de 5 mil páginas de estudos, incluindo mais de 2 mil documentos facsimilados e transcritos.

Em 2014, saiu o primeiro número da *Revista Estranhar Pessoa*, publicada anualmente pelo grupo homônimo, com direção de Pedro Sepúlveda (da Universidade Nova de Lisboa). Na altura da escrita deste artigo, a *Revista* conta com quatro números disponíveis online.

Em fins de 2017, houve três ocorrências quase simultâneas: 1) Foi lançada a versão *beta* da plataforma *Pessoa Digital* (pessoadigital.pt) como colaboração do grupo de pesquisa *Estranhar Pessoa* e o Cologne Center for eHumanities, contendo facsímiles e transcrições da obra pessoana publicada em vida e de vários planos editoriais deixados por Pessoa; 2) em 14 de Dezembro, Manuel Portela e António Rito Silva apresentaram o *Arquivo LdoD* (ldod.uc.pt) na Universidade de Coimbra, como culminação do projeto «Nenhum Problema Tem Solução»; 3) também em Dezembro, a *Pessoa Plural* passou a integrar o repositório digital da Brown University, com Digital Object Identifiers (DOIs) atribuídos a cada artigo.

Em 21 de Junho de 2018, a versão *beta* da edição digital do *Fausto* pessoano (faustodigital.com) foi apresentada no Colóquio «O Teatro de Fernando Pessoa: prosa, verso e hipertexto», organizado pelo Centro de Estudos de Teatro (CET) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).

Leitura comparativa das plataformas digitais pessoanas

Considerando-se, em conjunto, as sete plataformas digitais pessoanas lançadas nos últimos dez anos, pode-se fazer uma análise comparativa das suas funcionalidades.

Para facilitar uma leitura sincrônica do estado da questão, elegeu-se uma série de critérios: *quantificação* de objetos publicados, presença e tipo de *transcrição* feita, inclusão de *aparato* crítico, disponibilização de *facsímiles*, *descrição* dos objetos, ferramentas de *busca*, informação *bibliográfica*, tipo de *markup language* e *controle de vocabulário* (*vide* QUADRO I):

QUADRO I – Quadro comparativo das plataformas digitais pessoanas

Plataforma	**Arquivo Pessoa**	**Portal FP na BNP**	**BpFP na CFP**	**Pessoa Plural**	**Arquivo LdoD**	**Pessoa Digital**	**Fausto Digital**
Lançamento	2008	2008	2010	2012	2017	2017 *beta*	2018 *beta*
Quantificação (em 8/2018)	4544 textos	2811 pp. de docs. (*aprox.*)	1317 vols. (300.000+ pp.)	2945 imagens de docs.	754 testemunhos	189 pp. de docs. (*aprox.*) +89 publicações	350 pp. de docs. (*aprox.*)
Transcrição	S	N	N	Crítica genética	Diplomática+ comparativa	Diplomática	Crítica genética
Aparato	N	N	N	S	S	N	S
Facsímile	N	S	S	S	S	S	S
Descrição	N	S	*biblio. e destaques*	*em geral*	S	S	S
Busca	S	N	N	S	S	S	S
Bibliografia	S	S	S	S	S	S	S
Markup language	N	N	N	N	TEI	TEI	Macros
Controle de Vocabulário	N	N	N	N	N	N	S

Comentemos alguns dos critérios adotados. A contagem dos objetos publicados não é tarefa simples, e apenas a *BpFP* e o *Arquivo LdoD* indicam valores gerais em seus respectivos *websites*. As demais plataformas requerem outras estratégias de contagem (por exemplo, cada texto do *Arquivo Pessoa* possui um número em sua ligação, de modo que, por tentativa e erro, é possível descobrir a última publicação e, assim, o total de textos). Nesse sentido, os números apresentados à guisa de quantificação devem ser lidos como estimativas.

Além disso, embora facilitem uma leitura comparativa das magnitudes dessas bases digitais, as unidades de medida são específicas a cada projeto. Enquanto o *Arquivo Pessoa* torna acessíveis apenas textos sem facsímiles, os demais

números refletem tratamentos distintos dos objetos digitais. Os valores dados para *Portal FP*, *Pessoa Digital* e *Fausto Digital* são números de páginas de documentos (cada documento contém ao menos duas páginas – rosto e verso ou mais, no caso de bifólios e quadrifólios –, mas nem sempre todas são publicadas, visto que uma face pode estar em branco ou corresponder a outro texto). A revista *Pessoa Plural* muitas vezes publica pormenores de documentos em seus artigos, sem que seja prático contabilizar quantos provirão de um mesmo documento. Já o *Arquivo LdoD* indica a quantidade de testemunhos, os quais freqüentemente têm mais de uma página.

Os tipos de transcrição são os majoritários em cada projeto. Assim, embora a *Pessoa Plural* enfoque a crítica genética com aparato crítico, também apresenta, em menor escala, transcrições diplomáticas. O *Arquivo LdoD* vai além, exibindo não apenas transcrições críticas e diplomáticas, mas também possibilitando a comparação de diferentes transcrições da obra, a partir das edições em papel assimiladas pelo projeto. O TEI (*Text Encoding and Interchange*) empregado no *Arquivo LdoD* é o que permite as leituras comparativas das variantes (substantivas ou ortográficas) de cada edição do *Livro do Desassossego* contemplada.

Para as três plataformas mais recentes, a descrição dos objetos inclui, de maneira mais ou menos aprofundada, tipologias de suporte e de instrumentos de escrita, além de raciocínios de datação e outras notas relevantes. Para o *Portal FP* e a *BpFP*, que não apresentam transcrições, as descrições são ferramentas essenciais: as introduções críticas de cada caderno pessoano no *Portal FP* são minuciosas; por outro lado, as descrições dos livros digitalizados na *BpFP* se limitam à informação bibliográfica de cada título, sem descrever a marginália pessoana, nem indicar quando ela existe – embora a *BpFP* ofereça alguns ensaios temáticos numa seção de «destaques», que convidam à leitura transversal dos livros de Pessoa (enfocando tipos de assinaturas, dedicatórias e selos, por exemplo).

Com relação às ferramentas de busca, as plataformas mais recentes permitem pesquisas avançadas; a taxonomia relativamente simples e algo linear do *Arquivo Pessoa* encontra, assim, encarnações muito mais complexas no *Arquivo LdoD* e no *Pessoa Digital*, em que é possível filtrar resultados de busca segundo critérios múltiplos, por exemplo: atribuições + datações + manuscrito ou dactiloscrito. O *Fausto Digital* chega a estruturar um vocabulário controlado que funciona como outra ferramenta de busca. A *Pessoa Plural*, cujas possibilidades de busca se limitavam à pesquisa dentro dos PDFs, agora também oferece filtros e um

vocabulário controlado, a partir da sua nova base de dados no repositório digital da Brown University. Por outro lado, o *Portal FP* e a *BpFP*, por não incluírem transcrições, não permitem buscas de conteúdos, mas apenas de descrições.

Explicitados os critérios do QUADRO I, pode-se tratar brevemente de cada base digital. Analisando-se o *Arquivo Pessoa,* a primeira plataforma a surgir, constata-se que a distribuição de seu conteúdo é ampla e voltada, não a especialistas, mas aos leitores da língua portuguesa de modo geral. Malgrado suas limitações, o *Arquivo Pessoa* é ainda a fonte mais rápida e acessível de citações do autor, sendo inegavelmente eficaz. Cabe atentar para o fato de que o *Arquivo Pessoa*, em sua primeira e única fase até o momento, não faz jus à materialidade de um *arquivo* propriamente dito, visto que não chegou a disponibilizar facsímiles ou descrições de documentos; a plataforma abarca, assim, não arquivos documentais, mas uma coleção de excertos de livros a partir dos quais uma máquina de busca recupera termos indexados. Portanto, a plataforma funciona como uma grande biblioteca – ressalvando-se que essa biblioteca não inclui as duas principais séries de edições críticas da obra pessoana, nomeadamente, a da Imprensa Nacional-Casa da Moeda e da Tinta-da-china. (Muitas vezes o estabelecimento textual final das edições críticas, como em muitos poemas de Alberto Caeiro ou do drama *Fausto*, para citar dois exemplos, não corresponde ao texto divulgado no *Arquivo Pessoa* – sem falar das muitas facetas da obra pessoana que só seriam divulgadas após o lançamento da plataforma, que não tem sido atualizada desde 2008).

Sobre o *Portal FP*, é preciso salientar que embora contenha apenas uns 5% do espólio de Pessoa disponível hoje na BNP (em nossa estimativa), trata-se da primeira publicação *online* de uma quantidade significativa de documentos pessoanos. Sublinhe-se que o número de imagens publicadas pela revista *Pessoa Plural* é já equivalente ao total de documentos digitais no *Portal FP*, mesmo quando ajustamos os cálculos ao considerar que as imagens presentes na revista incluem tanto documentos inteiros quanto recortes.

A *BpFP* cumpre a sua proposta de ser uma biblioteca online, tornando acessíveis os livros preservados pelo poeta que já tenham entrado em domínio público; os volumes digitalizados ainda não permitem que máquinas de busca se valham de *optical character recognition* (OCR) e, quando os ficheiros são descarregados e convertidos para permitir OCR, nem sempre os resultados de busca são fiáveis, pois às vezes a resolução das digitalizações disponíveis é insuficiente

para suportar o reconhecimento dos caracteres. Além da busca pelo *corpus* dos livros, pode-se sonhar com buscas na marginália pessoana em si: se a *BpFP* já cumpre a sua missão de potencializar os estudos pessoanos a partir das leituras e anotações do poeta, será interessante ver se também – e como – as transcrições feitas por diversos investigadores poderiam ser futuramente incorporadas à plataforma.

Tendo em conta os dados do QUADRO I, nota-se que as plataformas *Arquivo LdoD*, *Pessoa Digital* e *Fausto Digital* são as mais completas, segundo os campos técnicos selecionados. Dentre as três, apenas o *Arquivo LdoD* convida o leitor-utilizador à participação ativa e algo criativa na própria plataforma, podendo assumir o papel de curador e gerar a sua própria antologia do *Livro do Desassossego* a partir de quaisquer das edições presentes na base digital (*vide* BARBOSA & PITTELLA, 2017). Embora apenas o *Arquivo LdoD* tenha planejado essa possibilidade de interação, todos esses três projetos contam com potencialidades muito além das meras reproduções *online* de salas de leitura tradicionais; sua TD pode levar – esperamos – à criação de verdadeiras redes de leitores, investigadores e editores – para não falar das possibilidades de relações digitais entre as próprias plataformas, em busca de um sonhado arquivo digital completo do espólio pessoano.

À guisa de conclusão, retome-se o conceito de *trajetividade* proposto por Virilio como lente através da qual formular perguntas – provocações que deixamos em aberto – sobre a TD do espólio pessoano. Se Virilio situou o *trajeto* no centro das discussões sobre a tecnologia contemporânea, o universo tecnológico em que escrevia (em 1995) era muito diferente do que o que encontramos hoje, em que as redes sociais são ubíquas. Nesse sentido, convém talvez apresentar uma definição mais atualizada do conceito em questão: «The trajection is the dynamics through which the subject and object grow together in order to produce concrete reality. They are both embedded in a web of relationships that are technical, symbolic and ecological. The quality of this dynamics is called *trajectivity*» (KHOSROW-POUR, 2018: 4305).

Quando se aplica o conceito de trajetividade na investigação do passado, encontra-se uma justificativa do que se buscou fazer neste artigo: resgatar minimamente a história do espólio pessoano, contribuindo com peças do quebra-cabeça de sua história custodial e diversas tentativas de organização e reorganização. Quantas e quais outras peças se perderam, entre livros e papéis soltos? Em que estado se encontrava o espólio aquando do falecimento do poeta?

Haverá outros catálogos (como a lista de Jennings) feitos após 1935 e antes da inventariação da BNP, que forneçam instantâneos (*snapshots*) do espólio mais próximos do estado em que Pessoa o deixou? E, caso mais peças sejam descobertas – e serão –, em que medida poderão alterar o percurso narrativo do espólio?

Se empregamos o mesmo conceito para conjecturar o futuro do espólio, tal como em balística se aufere o percurso previsto de um projétil, impõe-se o desafio de pensar em trajetos nos âmbitos labirintinos das plataformas digitais pessoanas. Há tanto os trajetos percorridos pelos editores e *designers* das plataformas, durante a sua criação, manutenção e crescimento, quanto os trajetos possíveis dos usuários das mesmas. Pensando nas interseções entre esses dois grupos, pergunta-se: como se influenciam, se determinam e/ou se enriquecem? Quais possibilidades colaborativas permanecem inexploradas? Uma vez identificadas tais possibilidades, quais ferramentas poderiam potencializar as interações, de modo a verdadeiramente democratizar o tesouro nacional que é o espólio pessoano? Como estimular – em vez de subestimar – o poder criativo dos utilizadores e as suas apropriações do espólio? Como, quando e em que medida as plataformas virtuais operarão uma verdadeira transformação digital do espólio pessoano?

Bibliografia

Aldabalde, T. V. (2018). Arquivos de Pessoa(s): um estudo sobre entendimentos e representações dos arquivos manuscritos na Casa Fernando Pessoa. *Anais do Museu Paulista*, *26*, 1-55. http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672018v26e11

APE (1983). *Breve Memorial da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) e Associação Portuguesa de Escritores (APE) no X.° Aniversário da APE*. APE / Francisco Lyon de Castro. https://web.archive.org/web/20140703024658/http://www.apescritores.pt/doc/Historia_APE.pdf

Barbosa, N., & Pittella, C. (2017). The Website of Disquiet: the first online critical edition of Fernando Pessoa. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (12), 725-732. https://doi.org/10.7301/Z07S7KZD

BNP [Biblioteca Nacional de Portugal] (2004). Espólios | PESSOA, Fernando, 1888-1935 [nota]. *Arquivo de Cultura Contemporânea.* BNP, atualizado a 25 Jun. 2008. http://acpc.bnportugal.pt/espolios_autores/e03_pessoa_fernando.html

Brown, S. M., & Pittella, C. (2018). Letters from Pessoa's Family: thirteen documents from the Hubert Jennings Papers. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (13), 87-142. https://doi.org/10.7301/Z01J9886

Bury, J. B. (1903). *The Science of History: an inaugural lecture, delivered in the Divinity School [of] Cambridge on January 26, 1903*. Cambridge University Press [CFP, 9-12].

Ferrari, P. (2010). Assinaturas. *Biblioteca Particular de Fernando Pessoa | Destaques*. Casa Fernando Pessoa. http://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/index/assinaturas.htm

Ferrari, P., & Pittella, C. (2016). The Poems of Frederick Wyatt. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (10), 226-301. https://doi.org/10.7301/Z00863H2

Guibert, A. (1960). *Fernando Pessoa*. Seghers (col. «Poètes d'Aujourd'hui», n.º 73).

Guimarães, D. (1922). *Arquivo Literário*, vol. I. Livraria Editora Guimarães [CFP, 8-17].

Jennings, H. D. (2018). *Fernando Pessoa, The Poet with Many Faces: a biography and anthology*. Edited by C. Pittella; with foreword by G. Monteiro and afterword by F. de Freitas. Gávea-Brown.

Khosrow-Pour, M. [Ed.] (2018). *Encyclopedia of Information Science and Technology*, 10 vols. Information Resources Management Association, 4th ed.

Lopes, M. T. R. (2007). Depoimentos: Espólio de Pessoa – relação de uma vida. *As Mãos da Escrita*. BNP. http://purl.pt/13858/1/abertura/depoimentos25.html

Lopes, M. T. R. (1995). Pessoa Excluído. In *Fernando Pessoa – A Biblioteca Impossível* (pp. 7-16 e anexos). Câmara Municipal de Cascais / Pelouro da Cultura.

Lopes, M. T. R. (1990). *Pessoa por Conhecer – Textos para um Novo Mapa*. Estampa.

Maddox, H. A. (1919). *What a Stationer and Printer Ought to Know about Paper*. J. Whitaker and Sons Ltd, 2nd ed. [CFP, 6-6].

Monteiro, G. (2013). First International Symposium on Fernando Pessoa: Seven unpublished letters by Jorge de Sena. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (3), 113-140. https://doi.org/10.7301/Z0W957P0

Pessoa, F. (2018). *Fausto*. Edição de C. Pittella; com a colaboração de F. de Freitas. Tinta-da-china.

Pessoa, F. (2014). *Escritos Autobiográficos, Automáticos e de Reflexão Pessoal*. Edição e posfácio de R. Zenith, com a colaboração de M. P. da Silva e traduções de M. Rocha. Assírio & Alvim, 2ª ed. [1ª ed., 2003].

Pessoa, F. (2013). *Eu Sou Uma Antologia: 136 autores fictícios*. Edição de J. Pizarro e P. Ferrari. Tinta-da-china.

Pessoa, F. (2012). *Cartas de Amor de Fernando Pessoa e Ofélia Queiroz*. Edição de M. P. da Silva. Assírio & Alvim.

Pessoa, F. (2010). *Livro do Desasocego*. Edição de J. Pizarro. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pessoa, F. (2007). *Prosa Íntima e de Autoconhecimento*. Edição de R. Zenith, com traduções de M. Rocha. Assírio & Alvim.

Pessoa, F. (1993). *Pessoa Inédito*. Orientação, coordenação e prefácio: T. R. Lopes; assistentes: M. P. da Silva e L. Medeiros, com a colaboração de M. A. Gomes *et al*. Livros Horizonte.

Pessoa, F. (1990). *Poemas de Álvaro de Campos*. Edição de C. Berardinelli. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pessoa, F. (1986). *Fernando Pessoa – O Comércio e a Publicidade*. Organização, introdução e notas de A. Mega Ferreira. Cinevoz/Lusomedia.

Pessoa, F. (1966). *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*. Textos estabelecidos e prefaciados por G. R. Lind e J. do Prado Coelho. Ática.

Pessoa, F. (1926a) O arquivo de correspondência. *Revista de Comércio e Contabilidade*, (4), 121-125 & 146-151.

Pessoa, F. (1926b). Organisar. *Revista de Comércio e Contabilidade*. *Revista de Comércio e Contabilidade*, (4), 105-109.

Pittella, C. (2017a). Transcrittore Traditore: transcrições indecidíveis nos manuscritos de Fernando Pessoa. *Manuscrítica*, (32), 88-106. APCG & USP.

Pittella, C. (2017b). Sonnet 101 with Prof. Pessoa: Fernando Pessoa's Marginalia on an Anthology of 19th-Century English Sonnets. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (11), 277-375. https://doi.org/10.7301/Z089142K

Pittella, C. (2017c). Mr. Ormond: the testimonial from a classmate of Fernando Pessoa. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (12), 195-235. https://doi.org/10.7301/Z02805T8

Pittella, C. (2017d). Juliano Apóstata: um poema em três arquivos. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (12), 457-487. https://doi.org/10.7301/Z0K935RH

Pittella, C. (2015). Introduction to the Special Jennings Issue: the contribution of Hubert Jennings to Pessoan studies. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (8), 1-17. https://doi.org/10.7301/Z0RB72TK

Pittella, C., & Pizarro, J. (2017). *Como Fernando Pessoa Pode Mudar a sua Vida*. Tinta-da-china.

Pizarro, J. (2017). Poemas e documentos inéditos: o lote 31 e a Colecção Fernando Távora. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (12), 333-456. https://doi.org/10.7301/Z0FJ2F16

Pizarro, J. (2016). A ansiedade da unidade: uma teoria da edição / L'ansia di unità: Una teoria dell'edizione. *LEA – Lingue e Letterature d'Oriente e d'Occidente*, *1*(5), 284-311. https://doi.org/10.13128/LEA-1824-484x-20038

Pizarro, J. (2014). Apresentação. In F. Pessoa, *Livro do Desassossego* (pp. 9-30). Tinta-da-china, 2ª ed.

Pizarro, J. (2012a). *La mediación editorial — sobre la vida póstuma de lo escrito*. Iberoamericana: Vervuert.

Pizarro, J. (2012b). *Pessoa Existe?* Ática/Babel.

Pizarro, J. (2011). Em Memória da *Persona*. In *Literatura Culta e Popular em Portugal e no Brasil – Homenagem a Arnaldo Saraiva* (pp. 322-327). CITCEM / Afrontamento.

Pizarro, Jerónimo; Ferrari, Patricio (2011). Uma Biblioteca em Expansão: sobrecapas de livros de Fernando Pessoa. *Pessoa, Revista de Ideias,* (3), 58-96. CFP.

Pizarro, J., Ferrari, P., & Cardiello, A. (2012). *Os Objectos de Fernando Pessoa / Fernando Pessoa's Objects*. D. Quixote (Acervo CFP, vol. II).

Pizarro, J., Ferrari, P., & Cardiello, A. (2010). *A Biblioteca Particular de Fernando Pessoa / Fernando Pessoa's Private Library*. D. Quixote (Acervo CFP, vol. I).

Santos, M. L. N. dos, Cruz, A., Matos, R. M. M., & Pimentel, L. (1988). A inventariação do espólio de Fernando Pessoa: tentativa de reconstituição. *Revista da Biblioteca Nacional*, s.2, *3*(3), 199-213. BNP.

Sepúlveda, P., & Uribe, J. (2016). *O Planeamento Editorial de Fernando Pessoa*; com a colaboração de P. J. Pérez López. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Simões, J. G. (1950). *Vida e Obra de Fernando Pessoa—História Duma Geração*: vol. 1 (Infância e Adolescência); vol. 2 (Maturidade e Morte). Bertrand.

Vizcaíno, F. (2017). O Meta-arquivo da Colecção Fernando Távora. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (12), 18-81. https://doi.org/10.7301/Z0J964M4

Vizcaíno, F., & Pizarro, J. (2018). Novos Poemas e Documentos Inéditos: o espólio Serpa. *Pessoa Plural—A Journal of Fernando Pessoa Studies*, (13), 237-347. https://doi.org/10.7301/Z0DR2T1H